

## ARTIGOS

CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: PRIVILÉGIO  
EPISTEMOLÓGICO, ESTILO ORIGINAL

Renata Campos Motta

---

**Resumo**

Este ensaio explora como a América Latina oferece um lócus privilegiado para o cientista social lidar com o desafio epistemológico que é o ajuste entre a teoria e os fatos. O argumento é que, embora se trate de um desafio comum a todos os cientistas sociais, ele se torna mais explícito enquanto tal para o cientista social latino-americano, pois este exerce um ofício cujas formulações teóricas e conceituais foram desenvolvidas em uma tradição de outro tempo e de outro lugar. Ao realizar o ajuste entre estas teorias e estes conceitos e a realidade contemporânea latino-americana, o cientista social latino-americano expande, de forma original, a universalidade da matriz disciplinar das Ciências Sociais.

**Palavras-Chave:** América Latina; Ciências Sociais; Epistemologia; Movimentos Sociais; Democracia.

**Abstract**

This essay explores how Latin America offers a privileged locus for the social scientist to cope with the epistemological challenge of adjusting theory and empiria. The argument is that although this is a challenge common to all social scientists, it becomes more explicit as such for the social scientist in the region, as he/she exercises a profession from which the theoretical and conceptual formulations were developed in a tradition from another time and place. In adjusting theories, concepts and the Latin American contemporary reality, he or she expands, in an original way, the universality of the Social Sciences disciplinary matrix.

**Key-Words:** Latin America; Social Sciences; Epistemology; Social Movements; Democracy.

---

Arrastra el latinoamericano una herencia de treinta siglos, pero, a pesar de una contemplación de hechos absurdos, a pesar de muchos pecados cometidos, debe reconocerse que su estilo se va afirmando a través de su historia, aunque a veces esse estilo puede engendrar verdaderos monstruos (CARPENTIER, 1976, p. 93, grifos do autor).

Este ensaio explora como a América Latina oferece um lócus privilegiado para o cientista social lidar com o desafio epistemológico que é o ajuste entre a teoria e os fatos. O argumento é que, embora se trate de um desafio comum a todos os cientistas sociais, ele se torna mais explícito enquanto tal para o cientista social latino-americano, pois este exerce um ofício cujas formulações teóricas e conceituais foram

desenvolvidas em uma tradição de outro tempo e de outro lugar. Ao realizar o ajuste entre estas teorias e estes conceitos e a realidade contemporânea latino-americana, o cientista social latino-americano expande, de forma original, a universalidade da matriz disciplinar das Ciências Sociais.

Há três seções neste texto e uma conclusão, além desta breve introdução. A primeira seção faz uma exposição da argumentação de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004) sobre este desafio epistemológico do ajuste entre teoria e fatos. A segunda seção demarca o lócus privilegiado para enfrentar o desafio exposto na seção anterior em que se encontram as Ciências Sociais da América Latina em termos de espaço e de tempo. Para tanto, retoma a leitura que Cardoso de Oliveira (1998) faz sobre a relação entre a antropologia exercida na periferia e as antropologias centrais, em termos de matriz disciplinar e estilos originais e a argumentação de Giddens (1998) sobre os clássicos da teoria social, bem como a de Figal (2002) sobre a postura hermenêutica da interface entre a ruptura e a continuidade. Na terceira seção, os conceitos desenvolvidos anteriormente serão utilizados para ilustrar como o desafio epistemológico explorado na primeira seção, ao ser levado a cabo por alguns cientistas sociais que pesquisam os movimentos sociais e a democracia no continente, se traduz em uma contribuição original para as Ciências Sociais.

#### O desafio do ajuste entre teoria e empiria

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004) argumentam, retomando Bachelard e Popper, que o vetor epistemológico vai do racional para o real, isto é, que a teoria constrói os dados e os fatos, dominando a pesquisa desde sua concepção até seus resultados. Isso porque o real nunca toma a iniciativa, ele só dá resposta quando é questionado e é esse questionamento que constrói o objeto da investigação social.

Mesmo que o vetor epistemológico vá do racional para o real, há uma relação dialética entre ambos, segundo Bourdieu, Chamboredon e

Passeron (2004). Os autores partem da concepção de que a integração de novos dados, ou seja, a pesquisa empírica, também põe questionamentos às teorias: os dados são construídos pela teoria, ao mesmo tempo em que colocam, a cada momento, a teoria à prova. Daí a riqueza que pode ser o exercício das Ciências Sociais na América Latina, uma realidade nova para ser integrada na teoria social e que lhe põe à prova.

Esta relação, no entanto, é ordenada no que eles denominam uma hierarquia dos atos epistemológicos. Em sua reflexão sobre o método sociológico, os autores partem para a reflexão epistemológica, subordinando a questão da utilização do método à das condições e limites de sua validade. Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), a utilização do método deve obedecer à hierarquia epistemológica dos atos científicos: 1) a ruptura; 2) a construção; 3) a constatação; respectivamente, a explicitação dos obstáculos epistemológicos; a dos pressupostos teóricos; e a mera tautologia, já que se trata de uma ciência experimental.

A ruptura seria a conquista do fato contra a ilusão do saber imediato. Para os autores, o obstáculo por excelência dos sociólogos é sua familiaridade com seu objeto de estudo, o universo social, daí decorre sua dificuldade em separar a sociologia espontânea da científica. Assim, a invenção sociológica pressupõe a ruptura com o real e com as configurações que ele impõe à percepção, ou seja, tanto em relação à experiência ingênua do social quanto à expressão dessa experiência de forma ingênua. Esta é possível pelo rompimento com a linguagem comum, a partir de sua análise e da invenção de um sistema de noções metodicamente definidas e ressignificadas.

A construção do objeto social é feita a partir de uma teoria do social. Diante desta consciência de que a teoria disciplina ou pré-estrutura a pesquisa social, Bourdieu, Chamboredon & Passeron (2004) defendem uma atitude de vigilância epistemológica: de explicitação metódica dos pressupostos teóricos utilizados na construção do objeto. Os autores afirmam que, se o sociólogo renuncia ao seu privilégio epistemológico de construir os fatos em função de uma problemática

teórica consciente, ele corre o risco de apenas traduzir para o discurso da disciplina o que denominam sociologia espontânea. Em outras palavras, como o objeto das Ciências Sociais é um objeto que fala, o risco da abdicação teórica e da submissão ao empirismo radical é justificar a fala dos outros sujeitos sociais e se anular como sujeito social sociólogo. A vigilância epistemológica, portanto, pressupõe a consciência da relação entre teoria e empiria, ao mesmo tempo em que possibilita uma dialética entre elas.

O racionalismo aplicado é o que esses autores chamam de a inserção dos atos epistemológicos da conquista, da construção e da constatação em um sistema unitário e hierarquizado. A teoria tem uma posição superior nesta hierarquia devido à atualização que faz do primado da razão sobre a experiência. No entanto, embora a teoria prevaleça em todos os atos - pois é tanto construção quanto ruptura, ao mesmo tempo em que informa a constatação-, há uma relação dialética entre a teoria e a verificação. A experiência vale, segundo esses autores, o quanto vale a teoria que ela valida; esta constrói a experiência, ao mesmo tempo em que por ela é controlada e ajustada. Por fim, o racionalismo aplicado estabelece a relação dialética entre razão e experiência, escapando aos perigos do intuicionismo e do positivismo e, combinando, por tanto, o rigor da coerência teórica com o rigor da fidelidade ao real.

O argumento que desenvolverei na próxima seção é de que a América Latina oferece condições privilegiadas para que o cientista social tenha consciência da relação entre teoria e empiria, na medida em que exerce um ofício cujas formulações teóricas e conceituais foram desenvolvidas em uma tradição de outro tempo e de outro lugar. Diante desta consciência de sua distância empírica com a tradição teórica, ele está mais instado a explicitar seus pressupostos epistemológicos e assim, realizar a vigilância epistemológica.

Condições privilegiadas para o exercício da vigilância epistemológica: Ciências Sociais na América Latina

Meu argumento de que a América Latina oferece condições privilegiadas para o desenvolvimento da pesquisa social será exposto em três momentos: 1) a delimitação no espaço periférico da disciplina; 2) a delimitação no tempo contemporâneo e sua relação com os clássicos; 3) a originalidade que pode advir desta interface entre ruptura e continuidade a partir da relação dialética entre teoria e empiria.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer o que se entende por essa delimitação no espaço: Ciências Sociais na América Latina. Cardoso de Oliveira (1998) utiliza termos espaciais como centro e periferia para caracterizar a antropologia latino-americana como periférica. O autor reflete sobre a relação entre as antropologias centrais (EUA, Inglaterra e França, onde surgiram os paradigmas da disciplina no final do século XIX) e as periféricas, para onde foram transportadas e argumenta que não há uma determinação das primeiras sobre as segundas na medida em que estas modernizam e atualizam as primeiras. Ao fazê-lo, operacionalizam as formulações teóricas do centro em contextos outros que não aqueles em que foram produzidas. Esta operacionalização, se feita de forma consciente da distância empírica que coloca à prova a teoria feita no centro, pode trazer, portanto, uma contribuição para a disciplina como um todo.

Cardoso de Oliveira (1998) caracteriza esta relação entre a antropologia periférica e a central em termos de estilo em relação à gramática da disciplina. O autor utiliza a metáfora lingüística para analisar o que as antropologias latino-americanas têm de particular sem deixarem de ser científicas, isto é, sem ameaçar o estatuto de universalidade do que ele denomina a matriz disciplinar da antropologia. Ele compara, em um de seus textos (1998), as antropologias brasileira e mexicana, para concluir que elas partem dos conceitos eminentes ou das categorias teóricas das antropologias centrais e a ela acrescentam conceitos heurísticos, construídos para e pelo contexto da investigação empírica. Utilizando a metáfora lingüística, as antropologias latino-americanas não afetam as regras sintáticas e gramaticais da matriz

disciplinar, mas tão somente lhe acrescentam léxico. Elas expandem a universalidade da matriz disciplinar ao mesmo tempo em que lhe imprimem uma individuação, um estilo que é original.

Um segundo passo é a delimitação do exercício das Ciências Sociais no tempo contemporâneo e sua relação com a tradição da disciplina. Vale trazer a reflexão que Giddens (1998) faz sobre os clássicos da teoria social, distinguindo-os dos fundadores. Estes, todas as disciplinas científicas os têm, considerando-se que a história da teoria social e de todas as disciplinas é também socialmente construída. Por seu turno, Giddens (1998) afirma que os clássicos só estão presentes nas Ciências Sociais. Ele os define como "fundadores que ainda nos falam com uma voz que é considerada relevante" (GIDDENS, 1998, p. 15), ou seja, relevante para a reflexão sobre questões contemporâneas. Se o contexto histórico é outro daquele no qual os clássicos escreveram, a teorização levada a cabo por eles continua informando a pesquisa social, na medida em que o vetor epistemológico vai do racional para o empírico. Tendo em vista este primado da teoria, os clássicos não apenas são legitimados por uma construção da história intelectual da disciplina, mas também por seus próprios feitos de estabelecer saltos heróicos no nível do pensamento social. A diferença na postura com relação à tradição teórica está, portanto, em identificar que a produção do conhecimento social não é cumulativa, o que poderia implicar em uma atitude canonizadora, mas feita por estes saltos de entendimento.

Figal (2002) caracteriza tais rupturas ou saltos na filosofia e nas ciências do espírito em geral como originalidade destas ciências, assim como Cardoso de Oliveira caracteriza as atualizações na matriz disciplinar feitas na periferia. Figal (2002) parte da argumentação de Gadamer sobre o perigo da consciência histórica: a leitura da obra de Platão não teria apenas importância histórica por ter sido escrita em uma época totalmente diferente, mas deriva do fato de que o pensamento da disciplina filosófica é dado pela tradição dos conceitos e problemáticas. Filosofar significa, portanto, se inserir nesta tradição. Gadamer, no entanto, alerta para o fato de que o pensamento atual vê

a tradição com distância e teme o fim da filosofia devido a essa quebra com a tradição.

Figal (2002), frente à questão que formula sobre as possibilidades da filosofia depois de Gadamer, sugere que esta é possível na interface entre ruptura e continuidade: cada pensamento expresso em um texto é original, mas assinala uma continuidade com a tradição, por estar ligado pela linguagem e pelas problemáticas à história da disciplina. Figal ressalta que estamos distantes do passado, mas somos por ele constituídos, daí a importância de compreender a nossa tradição e não tomá-la como óbvia. Essa reflexão consciente sobre a tradição pode ser feita pela postura hermenêutica, também explicitada por Cardoso de Oliveira (1998), de se desenhar um horizonte histórico e um horizonte do presente. Tal desenho implica a alteridade de si mesmo com a sua tradição. Para ligar-se consigo mesmo é necessário fazer uma fusão de horizontes. A postura hermenêutica com relação à tradição é ler cada texto como original, que rompe com pressupostos e o contexto, mas construindo um caminho que o liga à continuidade da tradição.

A consciência da distância dos cientistas sociais latino-americanos com relação aos clássicos das Ciências Sociais pode ser um instrumento, seguindo a linha de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004) para a ruptura necessária para a invenção sociológica. A leitura dos clássicos e de seus problemas e conceitos construídos em outro contexto histórico que não faz parte do passado da América Latina põe em evidência esta alteridade da Ciência Social exercida na periferia. Aqui, a consciência da alteridade pode se converter em um privilégio para o exercício da vigilância epistemológica, ao mesmo tempo em que a pesquisa social não perde seu caráter de universalidade, por estar ligada à tradição da disciplina e ser constituída por seu passado. A interface entre ruptura e continuidade pode se expressar em uma pesquisa original.

Finalmente, retomando os conceitos desenvolvidos nesta e na seção anterior, nos momentos de ruptura com o saber imediato para a construção do objeto da investigação social lançamos mão dos clássicos

e das matrizes disciplinares. É quando nos inserimos na continuidade com a tradição, já que operacionalizamos conceitos e teorias construídos, em grande parte, nas Ciências Sociais centrais. Concomitantemente, no momento mesmo de ruptura e de construção, a teoria já está sendo desafiada a se ajustar pela realidade empírica da América Latina. A investigação social neste contexto espaço-temporal é, portanto, original, tem um estilo próprio, ao imprimir uma individuação na matriz disciplinar. Na próxima seção, ilustrarei este argumento a partir das pesquisas sobre democratização e movimentos sociais e democratização conduzidas por alguns autores latino-americanos.

Os movimentos sociais e a democracia na América Latina: enfrentando o desafio epistemológico do ajuste consciente entre teoria e empiria

Uma ilustração de como opera a relação dialética entre teoria e empiria que, por sua vez, estabelece a interface entre tradição e inovação, entre centro e periferia, entre clássico e contemporâneo, entre ruptura e continuidade, pode ser encontrada no livro organizado por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000). Seu objeto é um dos desafios empíricos das Ciências Sociais nas Américas, a construção democrática na América Latina e o papel dos movimentos sociais como atores nesse processo. Para esses autores, a violência, a pobreza e a exclusão nas sociedades latino-americanas contemporâneas indicam que os resultados dos projetos democráticos são insatisfatórios para a sociedade como um todo. Isso porque não é só o sistema político que é objeto de disputa, mas o futuro do desenvolvimento e a erradicação das desigualdades moldadas nas práticas econômicas, sociais e culturais. Os movimentos sociais defendem projetos alternativos, com outros parâmetros de democracia, outras definições das arenas políticas, de seus participantes, das instituições, dos processos, da agenda e do campo de ação. Trata-se, como afirma Dagnino (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000), de uma luta pelo poder interpretativo.

Este desafio empírico das sociedades latino-americanas demanda uma atualização da matriz disciplinar das Ciências Sociais, na medida em que estas lutas por transformações na cultura política dominante na América Latina levam, segundo os autores, a uma hibridização contraditória. Por um lado, as culturas políticas dominantes nestas sociedades, entendidas como a construção social particular do que conta como propriamente político em distinção a esferas consideradas como econômicas, sociais e culturais, são influenciadas por suas contrapartes na Europa e na América do Norte (nos princípios ocidentais do racionalismo, universalismo e individualismo). Por outro, elas são diferentes porque estes princípios se combinaram, contraditoriamente, com outros princípios, destinados a garantir a exclusão social e política em sociedades extremamente hierarquizadas e injustas.

Assim, se, por um lado, a matriz disciplinar e os clássicos das Ciências Sociais permitem que estes fenômenos sejam construídos como objetos da investigação social, os conceitos e problemáticas que nos são dados por tradição são confrontados, em um outro espaço e outro tempo, por uma realidade que lhes demanda um ajustamento.

Nesse sentido, os autores criticam a dificuldade que teóricos que denominam europeus e euro-americanos têm de reconhecer que as culturas híbridas e a diferenciação precária entre Estado, sociedade civil e economia na América Latina não se harmonizam com traços da modernização liberal. Em outras palavras, o vetor epistemológico que parte da teoria para o real, neste esbarra, gerando uma relação dialética expressa na inovação, com a criação de conceitos e de um estilo próprio para dar conta desta realidade. Exemplificando: para Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), o desafio empírico na América Latina vai muito além do estabelecimento da democracia formal liberal, no modelo clássico que nos foi dado por tradição dos centros onde este tipo de democracia foi criado, pois esta é limitada pela cultura política dominante autoritária e excludente.

O desafio, portanto, é redefinir esta cultura política, isto é, o que conta como político. Isto é, é voltar da empiria para a teoria, é atualizar a matriz disciplinar. Essa reconceitualização do político extrapola tanto as

fronteiras estabelecidas pelos teóricos institucionalistas da Ciência Política, que focam no aspecto formal para a consolidação democrática, quanto os limites do tradicionalmente político, ao levar em consideração arenas públicas não-governamentais ou extra-institucionais e o conjunto das práticas sociais e culturais como igualmente essenciais para a consolidação democrática que incorpore os grupos subalternos.

Este desafio empírico extrapola, desta forma, os limites tradicionalmente estabelecidos pelas disciplinas, pois nas Américas, o que é objeto de luta não é somente a exclusão política, mas a exclusão sócio-cultural, de gênero, racial e econômica. Ao mesmo tempo, o que está em jogo não é apenas a inclusão e a participação no sistema político, na nação, na comunidade política ou como quer que se denomine, mas o direito de participar na própria definição daquilo no qual querem ser incluídos. Em outras palavras, o que está em jogo não pode ser apenas visto pelo recorte de uma teoria da Ciência Política, como, neste exemplo, o institucionalismo, pois esta exclui muitos aspectos do objeto social que se quer construir e, portanto, problematizar, para entendê-los. Daí os autores apontarem para a interdisciplinaridade, para a necessidade de se buscar as teorias que problematizam e oferecem conceitos para estes aspectos na construção do objeto social.

Os autores apontam, portanto, para a dialética entre a realidade da construção democrática na América Latina e os sistemas de conceitos construídos pelas Ciências Sociais. As pesquisas empíricas levadas a cabo pelos autores do livro fazem um ajustamento de teorias ou uma atualização de tradições das Ciências Sociais que passa pela interdisciplinaridade, ao buscar conceitos e problemáticas construídos nas tradições antropológicas para ajustar teorias políticas. Isso porque abordagens compartimentadas da ciência política e da antropologia não dão conta da realidade da atuação dos movimentos sociais na interface entre cultura e política, das dimensões culturais do político e das dimensões políticas do cultural.

O estar na América Latina traz ao cientista social os desafios desta realidade híbrida, lhe demandando um movimento dialético que

atravessa fronteiras do tempo, do espaço e das disciplinas acadêmicas. Para tratar este mesmo desafio proposto pelos autores mencionados, qual seja, a construção democrática na América Latina e o papel dos movimentos sociais como atores nesse processo, Gadea e Scherer-Warren (2005) trazem as contribuições de um autor europeu que pensou o continente, Alain Touraine. O que este autor europeu denomina modernidade latino-americana seria caracterizado por uma tensão contínua entre dois universos, um racional-instrumental e outro simbólico-subjetivo. Semelhantemente ao argumento de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) acima referidos, o desafio democrático na América Latina, segundo Touraine, não se esgotaria no estabelecimento da democracia formal e dos direitos políticos estritos, pois a modernidade latino-americana “parece caracterizar-se por uma autêntica demanda de subjetivação, de afirmação e reconhecimento de aspectos culturais e de identidade pessoal e societal” (GADEA e SCHERER-WARREN, 2005, p. 40). Os movimentos sociais seriam capazes de diminuir esta tensão, ao serem reconhecidos como atores sociais e, especificamente, como sujeitos que demandam ser reconhecidos como tais e não apenas de ter acesso ao poder político estrito.

Esta vontade de ser sujeito, esta dimensão de subjetivação ultrapassa o universo racional da modernidade liberal clássica européia, pois não se trata de ser indivíduo pautado pela igualdade perante a lei. Os movimentos sociais contemporâneos não querem a igualdade da modernidade, mas se pretendem sujeitos situados, isto é, pretendem ser cidadãos a partir de uma perspectiva específica e não abstrata. Os autores citam um exemplo desta perspectiva do direito à diferença:

O movimento neozapatista tem expressado com transcendência mundial a união *sui generis* da defesa de uma identidade particular com uma programa de democratização nacional, quer dizer, a aliança de uma luta cultural com um processo democratizador, em que, ao combinar o fato de viver juntos com nossas diferenças, renova a figura moderna da democracia, ao reconhecer o pluralismo e manter as regras universais de Direito (GADEA e SCHERER-WARREN, 2005, p. 42).

Tal união entre o universo instrumental e o universo simbólico é um desafio tanto teórico quanto empírico. Neves (2005) demonstra como também se geram impasses, no primeiro caso, entre as teorias do reconhecimento e as teorias redistributivas da filosofia política, e no segundo caso, no movimento negro brasileiro. O impasse entre as teorias pode ser resumido no debate entre os autores liberais e os comunitaristas. Os primeiros, baseados nos trabalhos de John Rawls (apud NEVES, 2005), compartilham que os critérios para uma sociedade justa podem ser auferidos pela justiça distributiva. Os últimos defendem que a justiça não se restringe à repartição dos bens econômicos de uma sociedade, havendo também injustiças morais. Assim, grupos que se sentem oprimidos ou discriminados demandam também um certo tipo de justiça, baseada no reconhecimento de sua dignidade.

Neves traz os argumentos de Nancy Fraser para superar este impasse, pois, para a autora, “os eixos da injustiça são simultaneamente culturais e sócio-econômicos” (apud NEVES, 2005, p. 84). A autora propõe a conjunção de políticas econômicas socialistas com políticas culturais desconstrutivistas. Há autores que vão além de Fraser, criticando-a por manter uma separação entre economia e cultura, não percebendo conexões entre ambas como “o reconhecimento cultural como um meio para a justiça econômica e política” (YOUNG apud NEVES, 2005, p. 84). Para Neves,

A questão que permeia de forma implícita toda essa discussão é se o reconhecimento e a distribuição são duas dimensões diferentes que necessitam ser fundidas em um novo paradigma de justiça ou se o reconhecimento, por ser universal e por encarnar a tendência moderna ao igualitarismo, pode absorver as demandas distributivas (NEVES, 2005, p. 85).

Neves (2005) então recorre a um deslocamento do debate: passa do plano conceitual para o plano empírico. Isso porque, embora se possa concordar que, analiticamente, não seria possível dissociar economia e cultura, há movimentos sociais, notadamente de cunho identitário, que visam dissociar estes aspectos. A reivindicação de uma identidade pode não vir acompanhada de demandas por justiça econômica. A questão que se coloca, para Neves (2005), é como estes

movimentos se relacionam com os princípios democráticos e igualitários, é como lutam contra a desigualdade e a discriminação sem reforçar a lógica que as gera e legitima. Ou seja, trata-se de não reduzir as demandas por reconhecimento à política liberal dos direitos individuais, o que deixa de lado a dimensão simbólica dos movimentos identitários – sem, contudo, negligenciar, nas demandas destes movimentos, a dimensão de justiça econômica. O que está em jogo é uma concepção de cidadania que seja ampla para dar conta das duas dimensões. Seria o universo instrumental e o universo simbólico de Alain Touraine (apud GADEA e SCHERER-WARREN, 2005).

Justamente por ser o reconhecimento uma das dimensões da cidadania é que ele não pode ser desvinculado nem de outras lutas sociais pela ampliação do espaço de exercício da cidadania, nem das relações de poder em vigor na sociedade. O que significa dizer que o reconhecimento não é uma dimensão à parte da vida social: toda luta social tem uma carga de reconhecimento, mas isso não quer dizer que o reconhecimento por si só possa explicá-la. Ou seja, as lutas por reconhecimento são, sobretudo, lutas pela inclusão simbólica de grupos discriminados (por uma cidadania simbólica); e embora elas possam ser vetores para demandas pela inclusão social desses grupos, não bastam para fazê-lo (NEVES, 2005, p. 86).

No plano empírico, Neves (2005) analisa o movimento negro brasileiro e se depara com as questões acima levantadas: como as demandas deste movimento por uma cidadania simbólica não reforçam as diferenças? O argumento do autor, recuperando outros estudiosos do tema como Appiah, é que movimentos de política afirmativa negra, organizados a partir da diferença, terminam por marcar estas diferenças quando são tidos somente como movimentos de luta identitária, desvinculada da luta por uma ampliação da cidadania. Foi o caso dos Estados Unidos. Neves (2005) conclui que o impasse deste movimento se deve, em parte, justamente, à sua incapacidade de articular em suas demandas por reconhecimento, demandas por redistribuição.

O autor vai, portanto, na mesma linha de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), quando estes criticam a insuficiência das abordagens compartimentadas que tratam da política ou da cultura de forma

dissociada. Estes autores demonstram, no caminho inverso de Neves, mas chegando a conclusões semelhantes, que a luta de movimentos sociais latino-americanos não se resume à inclusão na comunidade política tal como concebida nos modelos institucionais clássicos da ciência política, mas se trata de uma luta pela definição daquilo no qual querem ser inseridos e reconhecidos, pelo poder interpretativo desta comunidade política. Aliam, assim, ao universo instrumental, o universo simbólico de Alain Touraine.

O exemplo do movimento negro, tal como estudado por Neves (2005), é emblemático para a América Latina, pois exprime esta tensão da modernidade latino-americana de forma inequívoca: entre a) a modernidade europeia do universo instrumental pautado pelo direito, pelo contrato, pela idéia do indivíduo livre e igual e trazida para as Américas na construção dos Estados-nacionais do continente; e b) a realidade empírica do continente, no qual houve a reinvenção da escravidão com os negros africanos, ao lado da submissão dos povos autóctones à servidão. Os negros americanos são expressão de uma ambigüidade do estar nas Américas e não ser cidadão dos Estados-nacionais que se formaram no continente americano: de ser excluído. Nas Américas receberam a disseminação das idéias modernas de direito e de cidadania, mas não experimentaram, como sujeitos, estas idéias.

Diante de tamanho desafio, ao mesmo tempo empírico, teórico e epistemológico, está o cientista social latino-americano. O desafio da ambigüidade latino-americana, da interface entre o novo, o original e a tradição de outros tempos e lugares, o desafio tanto analítico quanto empírico da exclusão econômica e simbólica de grandes camadas da população e da ampliação do conceito de cidadania, o constante desafio do ajuste da teoria aos fatos.

#### Ciências sociais na América Latina: o privilégio da originalidade

O estar na América Latina coloca ao cientista social não necessariamente desafios epistemológicos distintos, mas condições privilegiadas de lidar com o desafio da relação entre teoria e empiria na

pesquisa social. Ao mesmo tempo em que a relação que as Ciências Sociais periféricas estabelecem com as centrais é, por definição, pautada por diferenças de lugar, do contexto empírico, ela também apresenta o desafio da relação com o tempo, ou seja, com a tradição que existe neste outro lugar. O contexto de exercício destas disciplinas, seja por sua demarcação no espaço, como Cardoso de Oliveira faz com o termo periferia em contraposição às Ciências Sociais do centro, seja por sua demarcação no tempo contemporâneo, e sua relação com as Ciências Sociais clássicas, implica desafios empíricos específicos, os quais, por sua vez, demandam uma atualização da teoria feita em outro lugar e em outro tempo. Trata-se, desta forma, de uma relação dialética entre a tradição de outros tempos e outros lugares com a inovação do contexto latino-americano contemporâneo que tornam mais explícito e inescapável o desafio epistemológico do cientista social de ajustar teoria e empiria.

O viajante latino-americano de Carpentier (1976) percebe a condição do estar na América Latina como privilegiada, pois ele transita entre a tradição de outros tempos e lugares e a contemporaneidade, criando algo que é novo. Seu trajeto ilustra uma transição entre a consciência histórica e cultural que corre o risco da ruptura total com as possibilidades de entendimento para uma postura hermenêutica que combina continuidade com a tradição e ruptura original. Ele passa pela China e sente uma melancolia por não conseguir entender sua arte, sua arquitetura, sua cultura: "sé que no me bastarían los años que me quedan de existencia para llegar a um entendimiento verdadero, cabal, de la cultura y de la civilización de China" (CARPENTIER, 1976, p. 85-86). Faltam-lhe o conhecimento do idioma e um entendimento dos textos daquela cultura; não os textos escritos, mas as teias de significado e a cosmovisão dos chineses. O viajante passa pelo Islã e sente novamente uma melancolia de haver entendido tudo pelas metades, por desconhecer os idiomas, os textos literários, as filosofias:

me sentía minimizado por la grandeza cierta de lo que se me había revelado pero esa grandeza no me entregaba sus medidas exactas, sus voliciones auténticas (CARPENTIER, 1976, p. 88).

Ele não possui uma visão de conjunto, de universal do Islã, nem os meios de se expressar. Chega à Rússia e sente um pouco de alívio, pois, mesmo que desconhecesse o idioma, sua arquitetura e a paisagem russa “lhe falavam com vozes conhecidas”, devido a sua familiaridade com a literatura, o teatro, o imaginário daquela cultura. Chega à Europa e reconhece na arquitetura de Praga a história e a literatura européias: “No hay piedra muda en Praga para el entendedor a medias palabras” (CARPENTIER, 1976, p. 91). Transita facilmente nas manifestações culturais germânicas, latinas e gregas, pois estas cruzaram o Atlântico e ecoam na América Latina. Por fim, “vuelve el latinoamericano a lo suyo y empieza a entender muchas cosas” (CARPENTIER, 1976, p. 93). Entende que, embora ele seja, em grande medida, europeu por tradição, ele tem um estilo próprio. Carpentier (1976) o mostra com os exemplos da arte pictória e literária. O autor expressa a originalidade do latino-americano na noção de real maravilhoso, uma percepção ampliada e privilegiada da realidade, uma intensidade não habitual e limite da realidade. O latino-americano amplia e intensifica as escalas e categorias da realidade, as quais, em grande parte, são européias; porém, os europeus nem sempre entendem a arte latino-americana, por não possuírem estas categorias maravilhosas da realidade:

Vi la posibilidad de establecer ciertos sincronismos posibles, americanos, recurrentes, por encima del tiempo, relacionando esto con aquello, el ayer con el presente. Vi la posibilidad de traer ciertas verdades europeas a las latitudes, que son nuestras actuando a contrapelo de quines, viajando contra la trayectoria del sol, quisieron llevar verdades nuestras donde, hace todavía treinta años, no había capacidad de entendimiento ni de medida para verlas en su justa dimensión (CARPENTIER, 1976, p. 94).

Pode-se transpor esta ilustração à reflexão epistemológica sobre as Ciências Sociais latino-americanas. Por um lado, a consciência histórica, social, econômica, política e cultural que separa as Ciências Sociais na América Latina de sua tradição européia continental e anglo-saxã não leva a uma ruptura, na medida em que a distância é preenchida pela linguagem e pelas problemáticas das Ciências Sociais,

as quais nos são dadas pelas tradições das disciplinas, garantindo uma continuidade com as mesmas. Os clássicos, segundo Giddens (1998), são aqueles que nos trazem, ainda hoje, ensinamentos relevantes, que podem ser atualizados com as problemáticas contemporâneas e em contextos que lhes ultrapassam, como é o caso dos movimentos sociais e a democracia na modernidade latino-americana. Por outro lado, a condição de possibilidade de uma ciência social latino-americana está na sua originalidade, seja por seus temas empíricos, seja pela criação de novos conceitos e sistemas de conceitos que é demandada pelo ajustamento da teoria aos dados.

O cientista social latino-americano tem o privilégio de se inserir em uma tradição, mas estar situado em um contexto que lhe impede sua assimilação acrítica. Como os pintores e escritores latino-americanos, o cientista social pode ser original ao se expressar na língua do outro. Pode se distinguir, criando um estilo próprio na e por meio da língua que é do outro. O contexto latino-americano demanda um ajuste das teorias de outros tempos e outros espaços abrindo possibilidades ao cientista social de criar algo que é novo, como a América Latina o é.

---

Renata Campos Motta é Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), com Especialização em Saúde Internacional (FSP/USP), Mestranda em Estudos Comparados sobre as Américas (CEPPAC/UnB).  
E-mail: [renatacmotta@gmail.com](mailto:renatacmotta@gmail.com)

#### Referências:

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ UNESP, 1998.

CARPENTIER, Alejo. De lo real maravilloso americano. In: CARPENTIER, Alejo. Tientos y diferencias. Buenos Aires: Calicanto Editorial, 1976. p. 83-99. Disponible en: <[www.literatura.us/alejo/deloreal.html](http://www.literatura.us/alejo/deloreal.html)>. Acceso en: 10 jul. 2007.

FIGAL, Günter. Einführung in der Hermeneutik Phisophie. Curso ministrado na Albert-Ludwig Universität-Freiburg. Semestre de verão de 2002.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 2, p. 39-45, nov. 2005.

GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, out. 2005.